



A QUESTÃO CLIMÁTICA E O BRASIL

Felizmente para a humanidade, não existe tal crise ambiental.
Por Geraldo Luís Lino, **página 2**



EL SALVADOR SE APRESENTA AO BRASIL

País oferece localização, força de trabalho jovem e salários reduzidos.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**



PROJETO STARGATE E O BRASIL

Leonardo Tomazeli Duarte, professor da Unicamp, fala sobre o projeto de IA de Trump. **Página 5**

Trabalho escravo: em 2024, mais de 2 mil resgatados

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou, ao longo de todo o ano de 2024, 1,03 mil ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão. As operações resultaram no resgate de 2,03 mil trabalhadores submetidos a condições degradantes, assegurando o pagamento de R\$ 7,06 milhões em verbas trabalhistas e rescisórias.

Em nota, a pasta informou que o combate ao trabalho escravo, no ano passado, alcançou, ao todo, 5,74 mil trabalhadores, incluindo aqueles cujos direitos, mesmo não caracterizados como situação de trabalho escravo contemporâneo, foram verificados e assegurados pela atuação dos auditores fiscais do trabalho.

As áreas com maior número de trabalhadores resgatados foram construção de edifícios (293), cultivo de café (214), cultivo de cebola (194), serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (120) e horticultura, exceto morango (84).

“Esses dados revelam um crescimento significativo no número de trabalhadores resgatados em áreas urbanas, que representaram 30% do total de trabalhadores em condições análogas à escravidão identificados em 2024”, destacou o ministério.

No âmbito doméstico, a inspeção do trabalho realizou 22 ações fiscais específicas em 2024, resultando no resgate de 19 trabalhadores.

Os estados com maior número de ações fiscais ao longo de 2024 foram São Paulo (191), Minas Gerais (136), Rio Grande do Sul (82), Paraná (42), Espírito Santo e Rio de Janeiro (ambos com 41 cada).

Quanto ao número de resgatados, os destaques foram Minas Gerais (500), São Paulo (467), Bahia (198), Goiás (155), Pernambuco (137) e Mato Grosso do Sul (105).

No combate ao trabalho análogo à escravidão, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel conta com a participação da Inspeção do Trabalho, que coordena as ações.

“Quando nós vamos ao campo de resgate das vítimas, a gente apoia, em conjunto com outras instituições, como o Ministério Público de Trabalho, o Ministério Federal, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Polícia Rodoviária Federal”, explicou o coordenador-geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravizado e Tráfico de Pessoas do ministério, André Esposito.



Galípolo, presidente do Banco Central indicado por Lula

Galípolo eleva gasto com juros em R\$ 110 bi

Com quem Lula irá reclamar?

Surpresas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual (pp), para 13,25% ao ano. Em comunicado, o Copom disse entender que “essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego”.

“Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião. Para além da próxima reunião, o Comitê

reforça que a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”, prossegue o comunicado.

Foi a primeira reunião do Copom comandada por Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula para presidir o BC. A maior parte da diretoria também foi indicada pelo petista, que costumava reclamar do presidente anterior do Banco Central, Roberto Campos Neto, quando os juros subiam.

Segundo o BC, a elevação de 1 ponto percentual na Taxa Selic tem um impacto de R\$ 55,2

bilhões na dívida pública líquida (DLSP), ou 0,47% do PIB. Dessa forma, o aumento desta quarta-feira, mais o próximo já anunciado, elevarão a dívida do governo em R\$ 110,4 bilhões.

A Força Sindical divulgou nota em que repudia o aumento de juros por parte do Copom, classificando a alta da Taxa Selic como um “prêmio aos especuladores”. “Será que entramos na Era do Juro Galopante?”

A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) considera que o novo aumento da taxa básica de juros vai intensificar o processo de desaceleração da indústria nacional. “A alta dos juros não apenas compromete o desenvolvimento sustentável de setores estratégicos, mas também restringe os investimentos necessários para impulsionar a produtividade”, afirma a Firjan.

Fed mantém taxas e deve adiar início da queda

Reunião do Fomc (o comitê de política monetária do Federal Reserve, o Fed, BC dos EUA) nesta quarta-feira manteve os juros nos Estados Unidos. Indicadores recentes sugerem que a atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido. A taxa de desemprego se estabilizou em um nível baixo nos últimos meses, e as condições do mercado de trabalho permanecem sólidas. A inflação continua um pouco elevada, segundo comunicado do Fomc.

Em coletiva de imprensa após a reunião, o presidente do Fed, Jerome Powell, observou que a inflação “diminuiu significativamente” nos últimos dois anos, mas “continua um tanto elevada” em relação à meta de longo prazo de 2% do banco central.

Powell mencionou que os membros do comitê estarão atentos ao conjunto de eventuais políticas do novo governo (comerciais, imigratórias, regulatórias), mas que ainda é muito cedo para qualquer consideração dado que não conhecemos os detalhes das mesmas.

“Não houve surpresas na decisão de hoje [quarta], e o comitê seguiu o protocolo de não oferecer pistas sobre os próximos movimentos de política monetária. No entanto, foi enfático em ressaltar que mercado de trabalho está forte e a inflação permanece acima da meta. A leitura é que será mais difícil dar continuidade ao ciclo de afrouxamento monetário com relação à visão divulgada na reunião de dezembro”, pondera Danilo Iglioni, economista-chefe da Nomad.

Segundo Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, “a Super-Quarta [reunião sobre juros nos EUA e no Brasil] influencia diretamente a cotação do real frente ao dólar, tornando a moeda brasileira mais atrativa para investimentos devido à diferença de juros entre os governos brasileiro e americano”.

“A alta dos juros não apenas compromete o desenvolvimento sustentável de setores estratégicos, mas também restringe os investimentos necessários para impulsionar a produtividade”, afirma a Firjan.

“A alta dos juros não apenas compromete o desenvolvimento sustentável de setores estratégicos, mas também restringe os investimentos necessários para impulsionar a produtividade”, afirma a Firjan.

Governadores sobem preço da gasolina e Lula leva a culpa

Os preços do petróleo voltaram a cair nos mercados internacionais nesta quarta-feira. Apesar de as cotações do petróleo estarem sistematicamente abaixo de US\$ 80 nas últimas semanas e a cotação do dólar abaixo de R\$ 5,90, a pressão por aumento dos combustíveis segue intensa no Brasil.

Independente das cotações e das pressões internas, reajuste no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis começa a vigorar neste sábado (1º). O valor do imposto será elevado em R\$ 0,10 o litro, para R\$ 1,47, no caso da gasolina e do etanol; e em R\$ 0,06, para R\$ 1,12 por litro, para diesel e biodiesel.

A decisão de elevar o ICMS foi tomada pelos governos estaduais, mas a conta acabou caindo no colo do Governo Federal. Novamente, a comunicação do governo falhou. Lula perdeu a oportunidade de pedir aos governadores que não aumentem os preços dos combustíveis.

No exterior, o contrato do West Texas Intermediate (WTI) para entrega em março caiu US\$ 1,15, ou 1,56%, para fechar em US\$ 72,62 o barril na New York Mercantile Exchange. O petróleo tipo Brent para entrega em março perdeu US\$ 0,91, ou 1,17%, para fechar em US\$ 76,58 o barril na London ICE Futures Exchange.

A cotação do dólar comercial teve nova queda (de 0,06%), fechando em R\$ 5,866 para compra. A Ptax, cotação média do Banco Central, ficou em R\$ 5,859.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,8682
Dólar Turismo	R\$ 6,1130
Euro	R\$ 6,1105
Iuan	R\$ 0,8177
Ouro (gr)	R\$ 527,31

ÍNDICES

IGP-M	0,94% (dezembro)
	1,30% (novembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	12,25%
Hot Money	0,63%

A questão climática e o Brasil

Por Geraldo Luís Lino

A julgar pelo noticiário prevalentemente, o mundo parece estar às portas de uma catástrofe ambiental de proporções planetárias, em especial, no tocante à alegada emergência climática que colocaria em risco o futuro próximo da humanidade.

Ameaça que implicaria mudanças radicais em praticamente todos os aspectos das atividades humanas, começando pelos usos de energia, com drástica e rápida redução no uso dos combustíveis fósseis – carvão mineral, petróleo e gás natural – com inevitáveis ajustes para baixo nas aspirações e planos de desenvolvimento de cada país e sociedade.

Felizmente para a humanidade, não existe tal crise ambiental. Existem, sim, problemas ambientais, a grande maioria pontuais, de alcance local ou regional, que podem e devem ser enfrentados com conhecimento científico, recursos tecnológicos, vontade política e, sobretudo, doses planetárias de bom senso, artigo que anda escasso nessa discussão. Alguns poucos têm um alcance maior, como a poluição dos oceanos, mas nada que possa ser qualificado como uma crise global.

O ambientalismo como o conhecemos não é um fenômeno sociológico espontâneo, oriundo de uma conscientização ampla e legítima sobre a necessidade de se compatibilizarem as ações humanas com certos requisitos racionais de proteção do meio ambiente. De fato, é uma ideologia criada artificialmente por grupos oligárquicos da América do Norte e Europa, a partir da década de 1960, com objetivos pouco disfarçados:

- 1) controle demográfico;
- 2) preservação de recursos naturais como “reservas estratégicas”;
- 3) limitação da industrialização e do desenvolvimento econômico em geral, preferencialmente, aos “40 países ricos”;
- 4) desde a crise de 2008, uma boia de salvação para o sistema financeiro “globalizado”, com a criação de investimentos “verdes” (créditos de carbono etc.) vinculados aos fluxos financeiros.

Em síntese, o objetivo geral dessa doutrinação é “convencer” os povos e países ainda não desenvolvidos de que a Terra não teria os recursos naturais necessários e o meio ambiente não suportaria as suas pretensões de atingirem níveis de desenvolvimento socioeconômico pelo menos próximos daqueles das nações avançadas.

Todo o discurso do “desenvolvimento sustentável” e suas eufônicas palavras de ordem – “capacidade de suporte”, “pegada” ecológica ou de carbono, “sobrecarga da Terra” e outros conceitos afins – são orientados para tal finalidade. A histeria climática

e a pauta do “carbono líquido zero” (net zero, em inglês) são parte desse processo.

Como admite um dos notórios operadores dessa agenda, o economista alemão Ottmar Edenhofer, vice-diretor do Instituto Potsdam para Pesquisa de Impactos Climáticos (PIK) e copresidente do Grupo de Trabalho 3 (WG3) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC):

“Basicamente, é um grande erro discutir a política do clima separadamente dos grandes temas da globalização... É preciso libertar-se da ilusão de que a política climática internacional é política ambiental. Isto não tem mais quase nada a ver com política ambiental, com problemas como o desmatamento ou o buraco na camada de ozônio (*Neue Zürcher Zeitung*, 14/11/2010).”

O discurso apocalíptico sobre o clima se baseia na tese de que as emissões de carbono das atividades humanas – combustíveis fósseis, agropecuária etc. – estariam provocando um aquecimento ameaçador da atmosfera da Terra, com as emissões de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂) e o metano (CH₄).

No entanto, para que isso fosse verdadeiro, seria preciso que os padrões das oscilações das temperaturas da atmosfera e dos oceanos e dos níveis do mar, a partir da Revolução Industrial do século 18, apresentassem anomalias em relação aos registrados nos séculos e milênios anteriores. Mas tais anomalias simplesmente não existem e, assim, não há qualquer evidência concreta da alegada influência humana na dinâmica climática global.

No Holoceno Médio, entre 6.000–8.000 anos atrás, as temperaturas atmosféricas e oceânicas e os níveis do mar eram superiores aos atuais, mas as concentrações de CO₂ na atmosfera eram cerca de 40% inferiores às atuais. Os modelos climáticos usados para sustentar o atual catastrofismo não explicam tal contradição, evidenciando que outros fatores influenciam de forma preponderante a dinâmica climática global.

A única influência humana no clima ocorre nas cidades, com o conhecido efeito das “ilhas de calor” urbanas, decorrente da impermeabilização do solo com asfalto e concreto, que diminui a infiltração das águas pluviais no subsolo e a consequente evapotranspiração. Assim, as temperaturas urbanas são superiores às das zonas rurais e áreas não urbanizadas, mas tal influência não tem alcance planetário, pois as cidades representam menos de 0,9% da superfície total do planeta.

Quanto às emergências reais, o maior problema ambiental são as deficiências de saneamento básico, que afetam mais da metade da população mundial. Na terceira

década do século 21, é vergonhoso que mais de 1,5 bilhão de pessoas ainda tenham que fazer suas necessidades fisiológicas ao ar livre. E o lançamento de esgotos sem tratamento é a principal fonte de poluição dos cursos d’água.

Outros problemas sérios, inclusive no Brasil, são a gestão do lixo urbano e a ocupação irregular de áreas de risco, como encostas, várzeas e outras.

A chamada “transição energética” envolve a substituição acelerada dos combustíveis fósseis por fontes de baixas emissões de carbono, com ênfase preponderante nas eólicas e solares, alegadamente, para impedir um aumento das temperaturas atmosféricas superior a 1,5-2,0 C em relação ao considerado período pré-industrial.

Os seus proponentes e propagandistas afirmam ser possível substituir significativamente os fósseis até a década de 2050, mas a realidade dos fatos está demonstrando a inviabilidade técnica e econômica da proposta, sem falar nas consequências sociais e políticas:

1) O petróleo, gás natural e carvão mineral respondem por mais de 80% de todos os usos de energia no mundo, e cerca de 61% da geração de eletricidade, uso no qual são preponderantes na grande maioria dos países, principalmente, os industrializados; usinas hidrelétricas e nucleares correspondem a 26,5%; e todas as demais, a pouco mais de 13%.

2) As fontes eólicas e solares, favoritas dos ambientalistas, são intermitentes e de baixa eficiência energética, não sendo adequadas para o abastecimento elétrico de grandes centros urbanos e industriais, que requerem um fornecimento contínuo (“despachável”). Ademais, os materiais e equipamentos componentes das centrais eólicas e solares – pás, geradores, painéis solares etc. – não podem ser produzidos a partir de fontes eólicas e solares; ou seja, não são fontes autorreprodutíveis.

3) Os cenários de net zero para 2050 exigirão um enorme aumento da produção mundial de minerais críticos (cobalto, cobre, grafite, lítio, manganês, terras raras etc.), estimado em seis vezes sobre os níveis atuais pela Agência Internacional de Energia (AIE). Além de não existirem jazidas comerciais suficientes para atender sequer a uma fração significativa de tais demandas, a entrada em operação de novas jazidas pode levar dez anos ou mais, e ainda haveria o sério problema ambiental da disposição dos rejeitos de tamanha expansão das atividades de mineração, sem falar nos custos colossais de todo esse esforço hipotético.

4) A substituição das fontes tradicionais dos sistemas elétricos de base ou despacháveis – termelétricas, hidrelétricas e nucleares – por outras de menor densidade energética, co-

mo eólicas e solares, representa um retrocesso tecnológico. A rigor, uma transição energética efetiva deve envolver fontes de maior densidade e eficiência energética, como as tecnologias nucleares mais avançadas, inclusive reatores de fissão modulares e o desenvolvimento da fusão nuclear.

No Brasil, o apagão que afetou quase todo o País em 15 de agosto de 2023 proporcionou uma amostra das inconveniências de se agregarem fontes eólicas e solares na rede elétrica de base. A experiência de outros países mostra que a introdução de fontes intermitentes na geração de base tende a aumentar a insegurança das redes, os custos de geração e a ineficiência do sistema como um todo, com impactos negativos diretos sobre a economia em geral. Perspectiva nada animadora para uma economia debilitada como a brasileira, em franco processo de desindustrialização.

A realização da conferência climática COP30 em Belém (PA), em novembro próximo, evidencia de forma insofismável as percepções equivocadas que orientam as políticas ambientais brasileiras. A capital paraense é uma perfeita vitrine do contraste entre uma política ambiental mais obcecada com uma proteção radical dos biomas amazônicos do que com os problemas reais enfrentados pela grande maioria da população da região, como as deficiências de infraestruturas básicas.

Para infortúnio dos quase 30 milhões de amazônidas, a região tem sido alvo de uma vasta campanha internacional de desinformação sobre uma alegada importância vital dos seus biomas para a estabilidade do clima global, os quais, segundo a tese, deveriam ser mantidos virtualmente intocados – visão que, infelizmente, conta com o apoio acrítico de numerosos cientistas brasileiros.

Na prática, a política vigente para a Amazônia Legal tem sido a de manter toda a região em uma espécie de santuário biológico praticamente vedado a atividades produtivas e infraestruturas modernas.

Em linhas gerais, essa é a “receita” aprovada para a região, embrulhada com o enganoso rótulo de bioeconomia. Sem dúvida, o vasto potencial biológico da região deve ser desenvolvido e explorado ao máximo, com o envolvimento dos poderes públicos, instituições de pesquisa, iniciativa privada e comunidades locais, em uma sinergia de esforços de enorme potencial para consolidar o setor como um diferencial para as perspectivas de desenvolvimento e progresso dos amazônidas.

Entretanto, isso não pode significar uma renúncia às demais atividades econômicas, como a produção agropecuária, indústria madeireira, mineração, exploração de petróleo e gás e a implemen-

tação de infraestruturas modernas, sem as quais qualquer esforço de desenvolvimento será inócuo.

Talvez, nenhum outro país tenha permitido uma influência tão grande da ideologia ambientalista-indigenista na determinação das suas políticas de desenvolvimento, refletida no grande número de empreendimentos econômicos e de infraestrutura bloqueados, retardados, desnecessariamente encarecidos e até sabotados, em especial, na Amazônia Legal. O custo dessa submissão, em valores diretos, oportunidades não realizadas e impactos socioeconômicos negativos, é verdadeiramente incalculável.

A caminho da quarta década do século 21, é hora de o Brasil assumir o grau de protagonismo permitido pelas suas dimensões e potenciais humanos e naturais, recuperando a soberania plena sobre as suas perspectivas de desenvolvimento e progresso.

Na área ambiental, o País precisa reorientar as suas políticas para vinculá-las a uma agenda de retomada do pleno desenvolvimento das suas capacidades produtivas, enfrentando decididamente as suas emergências reais e não as definidas por entidades estrangeiras.

Tal reorientação deve incluir, minimamente: uma restrição aos superpoderes dos órgãos ambientais, retirando-lhes o poder de veto absoluto sobre empreendimentos estratégicos, transferindo-os a um colegiado interministerial específico, mais político e técnico do que ideológico; e uma mudança de ênfase da “transição energética” para fontes não intermitentes e de maior densidade energética, como a energia nuclear, inclusive, com incentivos ao desenvolvimento de pequenos reatores modulares e às pesquisas com fusão nuclear.

Não será com créditos de carbono e instrumentos semelhantes que o Brasil poderá dar o salto de desenvolvimento necessário para galgar o patamar das economias avançadas. De modo algum, a “floresta em pé” e o “desmatamento zero” poderão ser os principais ativos do País nessa trajetória.

É preciso abandonar a ilusória ideia de apresentar-se ao mundo multipolar como uma “potência verde” disposta a oferecer às potências produtivas uma gama de “serviços ambientais”, utilizando os biomas Amazônia e Cerrado como contrapartidas para a atração de investimentos “verdes”, “climáticos”, “sustentáveis” ou qualquer outro rótulo do gênero. Em vez disso, precisa envidar todos os esforços para recuperar e aprimorar as capacidades produtivas condizentes com uma verdadeira potência que dispense rótulos enganosos.

Geraldo Luís Lino é geólogo, ex-consultor ambiental e diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIA).

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

El Salvador se apresenta ao Brasil

O embaixador de El Salvador no Brasil, Luis Alberto Aparicio Bermúdez esteve nesta quarta-feira na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) para um encontro com cerca de 50 empresários brasileiros. Ele apresentou as vantagens de seu país para fazer negócios e como hub logístico.

Os pontos fortes destacados pelo embaixador foram: a localização estratégica (fica a poucas horas de voo das principais cidades dos EUA ou da América do Sul e pode ser um importante hub de cargas para a Costa Oeste norte-americana); força de trabalho jovem; ambiente de negócios favorável; economia dolarizada desde 2001 (evita a flutuação cambial); baixa inflação (na casa de 1,7% – mas, é bom lembrar, em dólar); salários menores que nos vizinhos (US\$ 365 na indústria, quase a metade do Panamá); e segurança (segundo o governo, o país mais seguro da região – fruto da controversa política do presidente Nayib Bukele que levou aos presídios algo como 2% da população do país; seria como se no Brasil fossem encarceradas 4 milhões de pessoas, ou cerca de 8x a população carcerária atual).

Uma missão comercial brasileira irá a El Salvador em março. As empresas brasileiras têm presença tímida no país: o embaixador citou a indústria têxtil Pettenatti e a empresa de tecnologia Stefanini. Bermúdez comentou com este colunista sobre a importância de o Itamaraty convidar os países menores da região para fóruns como a Cúpula dos Brics, que este ano será no Brasil.

El Salvador é um país pequeno, com área territorial de 21.040km², inferior Pa do menor estado brasileiro (Sergipe, 21,9 mil km²). A população, de 6,3 milhões de habitantes, é quase igual à da capital do Rio de Janeiro. O PIB per capita é de apenas US\$ 5,8 mil (FMI, outubro de 2024), o 103º do mundo.

Lá vai o trem

Nesta sexta-feira (31), às 14h, será realizada, na Firjan, audiência pública para discutir a concessão para a implantação da Ferrovia Vitória–Rio (EF-118), entre São João da Barra (RJ) e Anchieta (ES). Wagner Victor, ex-secretário de Energia do Rio de Janeiro, defende que a obra contemple o projeto original, que prevê um ramal entre Santa Leopoldina (ES) e Nova Iguaçu (RJ), cruzando boa parte do estado fluminense.

“Da forma como esta sendo conduzida essa ferrovia será péssimo para o Rio. Querem fazer só o trecho do Porto do Açu para o Espírito Santo e vão transformar o Porto do Açu em um mero corredor de exportação de minério, só trazendo impacto ambiental e não trazendo empregos (geração irrisória) e não pagando impostos por ser exportação (Lei Kandir).

Rápidas

A ABRH-SP realiza, em 4 de fevereiro, o Prêmio Ser Humano, reconhecendo as melhores práticas em RH. A premiação, no Teatro CIEE, marcará também a posse da nova diretoria, com Eliane Aere assumindo a presidência para o triênio 2025-2027 *** A Agetransp abriu a primeira consulta pública deste ano, sobre o Plano de Ação Emergencial e Contingências para as Concessionárias e Permissivas Reguladas. O prazo é curtíssimo: até esta sexta-feira (31). Detalhes em agetransp.rj.gov.br/transparencia/participacao-social *** A Massa X, que faturou cerca de R\$ 21 milhões em 2024 fornecendo pães de queijo e salgados congelados, lança este ano sua marca própria de congelados para os supermercados, a Klok, e espera fechar o ano com crescimento de 20%.

eSocial facilitará acesso de trabalhadores do setor privado ao consignado

O Governo Federal vai usar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para facilitar o acesso de trabalhadores do setor privado a crédito consignado. Para tratar dessa proposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu nesta quarta-feira, com representantes de bancos, acompanhado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; e da Casa Civil, Rui Costa.

“Milhões de pessoas que hoje não têm acesso ao crédito consignado passarão a ter um mecanismo moderno, eficiente, transparente, com uma plataforma em que você vai poder comparar as taxas de juros praticadas pelo sistema bancário”, destacou o ministro Fernando Haddad, durante entrevista coletiva após o encontro no Palácio do Planalto.

Segundo Haddad, a pre-

visão é que a plataforma esteja disponível ainda este ano, “para permitir a famílias que não têm acesso ao crédito barato um mecanismo que hoje só está disponível para aposentados e servidores públicos ou daquelas poucas empresas que têm convênios com os bancos para os seus trabalhadores especificamente”.

O presidente-executivo da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, presente ao encontro, demonstrou apoio à proposta, que vem sendo discutida há um ano entre o Governo Federal e a instituição com o intuito de baratear o crédito para o trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Estamos assumindo um compromisso com o governo de fazer com que nós tenhamos o crescimento do crédito privado para o trabalhador celetista, desde que nós consigamos enxergar os dados dos trabalhadores,

das empresas, e a gente enxerga a plataforma eSocial como um veículo importante de acesso à informação. Crédito tem a ver com garantia, com informação de qualidade. Quanto mais informações, menor risco de crédito, menor custo de crédito, menor inadimplência”, disse Sidney. Ele estima que, com a iniciativa, a carteira de crédito a esses trabalhadores pode passar dos atuais R\$ 40 bilhões para R\$ 120 bilhões.

“O crédito pessoal hoje, como o banco está sem garantia nenhuma, ele às vezes coloca uma taxa de difícil cumprimento pelo tomador. E com a garantia associada, como esses outros trabalhadores têm, a tendência forte é de que, pela utilização do eSocial, você dê aos trabalhadores que hoje pagam até mais de 6% de juros ao mês no crédito pessoal. E por esse mecanismo, você traga para uma situação melhor”, explicou Haddad.

Público alvo - A medida

poderá beneficiar todos os trabalhadores celetistas do Brasil e todos os trabalhadores domésticos registrados em carteira, um público de cerca de 42 milhões de pessoas, de acordo com o ministro Luiz Marinho. Antes de lançar essa iniciativa, o Governo Federal deve promover mais uma reunião interna para definir os últimos detalhes.

“Tem uma lei vigente do consignado privado desde 2003. O que não pegou foi a dificuldade dos bancos para acessar os empregadores. Porque hoje só tem as empresas que fizeram o convênio com a instituição financeira. O que o eSocial vai fazer é agregar a totalidade dos empregadores e dos trabalhadores a possibilidade desses trabalhadores acessarem o crédito consignado. Não precisará mais do convênio da instituição financeira com o empregador. A plataforma eSocial é que fará essa integração”, declarou Luiz Marinho.

México: Sheinbaum fará reforma energética para fortalecer CFE e Pemex

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, disse que enviará seis leis secundárias de energia ao Congresso, que buscam fortalecer a Petróleos Mexicanos (Pemex) e a Comissão Mexicana de Energia. Eletricidade Federal (CFE) como estratégica empresas públicas para o desenvolvimento nacional.

Ela destacou que com essas modificações, a Pemex e a CFE deixarão de ser “empresas produtivas” para se tornarem “empresas públicas” do Estado, a fim de torná-las “mais eficientes, mais transparentes” e “terão como princípio a austeridade republicana”. eixo da “sua operação”.

“A diferença é que co-

mo ‘empresas produtivas’ elas eram governadas como empresas privadas e eram colocadas no mesmo nível de uma empresa privada, como se fosse a mesma coisa no mercado competir entre uma empresa pública e uma empresa privada. Por chamando-as de ‘empresas públicas’ “Elas recuperam seu senso público”, disse a presidente durante sua habitual entrevista coletiva matinal no Palácio Nacional, na Cidade do México. Sheinbaum acrescentou que foi estabelecido no Artigo 28 da Constituição que elas “não devem mais ser consideradas monopólios”, uma vez que não podem ser equiparadas a empresas privadas.

Ela disse que isso re-

presenta uma “reversão” da reforma de 1992 e “recupera o senso público da CFE e da Pemex como garantidoras do fornecimento de energia para o povo do México e como garantidoras da soberania nacional”.

A presidente esclareceu que “uma parcela da produção privada permanece, mas as empresas públicas são fortalecidas”, o que ela descreveu como algo “muito importante, transcendente, histórico”.

Por sua vez, a Secretária (Ministra) de Energia, Luz Elena González, afirmou que “este pacote de reformas secundárias é a base que faltava para garantir um setor energético forte, confiável, sustentável, mas

com a soberania e a justiça nacionais no seu cerne”. . . “sociais”.

Explicou que “este pacote de reformas legislativas inclui seis leis principais”: a do Planejamento e Transição Energética, da Empresa Pública Estatal (CFE), a do Sector Eléctrico, a da Empresa Pública Estatal (Pemex), o do Setor de Hidrocarbonetos e a Comissão Nacional de Energia.

González destacou que essas leis também dão à Pemex e à CFE “um regime especial para a gestão de seu orçamento, sua contabilidade e sua dívida. Ou seja, sua operação é facilitada e o princípio de austeridade é fortalecido dentro das empresas com diretrizes e metas anuais específicas.”

Minha Casa, Minha Vida fecha 2024 com 1,26 milhão de residências

Retornado e reformulado pelo Governo Federal em 2023, o Minha Casa, Minha Vida concluiu 2024 em alta. Já foi ultrapassada em mais de 60% a meta de contratar 2 milhões de moradias até o fim de 2026. Levando-se em conta todas as modalidades, o Minha Casa, Minha Vida superou, entre a retomada em 2023 e 31 de dezem-

bro de 2024, 1,26 milhão de residências contratadas.

Desde 2023, foram entregues mais de 43 mil moradias e retomadas obras que estavam paralisadas em mais de 38,9 mil moradias. “Nós avançamos muito no programa que, além de realizar o sonho da casa própria, gera emprego, renda e desenvolve o país”, disse o ministro das Cidades, Jader Filho.

A maior parte das mais de 1,26 milhão de unidades contratadas pelo Minha Casa, Minha Vida localiza-se na Região Sudeste, onde o programa já contratou 548.865 moradias. Em seguida aparece o Nordeste, com 309.855 contratações, e na sequência aparecem as regiões Sul (219.516), Centro-Oeste (134.983) e Norte (55.663).

Unidade Federativa

mais populosa, São Paulo lidera no quantitativo do programa, com 367 mil contratações.

O estado é seguido por Minas Gerais, com 115 mil. Na sequência aparecem Paraná (93.143), Rio Grande do Sul (84.483), Goiás (82.833), Bahia (58.759) e Rio de Janeiro (55.922), os sete com mais de 50 mil contratações.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

STREAMING PÚBLICO - O Ministério da Cultura (MinC) trabalha para colocar no ar ainda em 2025 uma plataforma de streaming público, com disponibilização gratuita de um conjunto de produções audiovisuais. O objetivo é ampliar o acesso e a difusão do cinema nacional e contribuir para a formação de público. Alguns detalhes foram apresentados no último sábado (25) pela diretora de preservação e difusão audiovisual da SAV, Daniela Santana Fernandes. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL): “já é uma realidade. Já fizemos grupo focal, já fizemos alguns testes”, disse Daniela.

DE OLLIVA – A Gallo lançou a família de produtos: De Olliva - feito com óleo 100% oliva - um produto proveniente do processo de produção do azeite de oliva e que carrega os mesmos benefícios nutricionais do azeite. Resistente a altas temperaturas, De Olliva é ideal para refogar, grelhar e preparar massas de torta, pães e bolos. Também é uma opção mais saudável aos óleos convencionais, manteigas e margarinas, deixando as receitas mais nutritivas e valorizando o sabor dos alimentos. A chegada de uma nova marca ao mercado brasileiro faz parte de uma série de iniciativas que a Gallo vem apresentando a seus consumidores, que começou com o relançamento e os novos rótulos para sua linha de azeites no início de 2024. De Olliva chega ao mercado em duas opções: Extra Suave e Cebola e Alho. A linha chega nas lojas e no e-commerce no formato 500ml PET, com o preço sugerido de R\$ 29,90. Mais informações: www.deolliva.com.br

GUANABARA E FLA - O Grupo Guanabara, um dos maiores conglomerados do setor de transporte coletivo, firmou parceria estratégica como patrocinador oficial do Museu Flamengo, em um movimento que reforça seu compromisso com a preservação da memória esportiva nacional e agenda ESG. A iniciativa marca um momento significativo na história do futebol brasileiro, unindo dois importantes pilares da sociedade carioca: o transporte coletivo e o esporte mais popular do país. Esta parceria vai além do patrocínio convencional, representando um investimento na preservação da memória cultural e esportiva do Rio de Janeiro. Como parte do acordo, clientes do Grupo Guanabara terão acesso privilegiado aos eventos do museu e encontros especiais da Nação Rubro-Negra, fortalecendo ainda mais o vínculo entre a empresa de transportes e a comunidade. Esta iniciativa se alinha perfeitamente com os pilares ESG da companhia, promovendo inclusão social através do esporte e da cultura. A parceria permitirá a ampliação das atividades do museu e o desenvolvimento de novos projetos que celebram a conexão entre o futebol e a sociedade brasileira.

PIPOCA DE CINEMA - A Multiflon lançou, em alumínio certificado, a Pipoqueira Versátil. Conta com sete camadas do antidaderente Ultra. Com tecnologia exclusiva, esse revestimento antiaderente é Ecofriendly, à base de fluoropolímeros e reforçado por partículas de cerâmica. Assim, é mais resistente ao desgaste e à abrasão e facilita o preparo de uma pipoca de cinema. A tampa de vidro é outro diferencial da Pipoqueira Versátil. Ela permite observar o preparo, com uma haste giratória em nylon, que resiste às altas temperaturas. Uma trava mantém a tampa presa à pipoqueira e garante a segurança. São duas opções de tamanho: Ø22 cm, na cor grafite e Ø20 cm, na cor vermelha.

TURISMO RJ - O presidente da Fecomércio RJ participou, na última segunda-feira, do seminário “Turismo RJ: Segurança e Tecnologia em grandes eventos”, promovido pela Editora Globo e pela Secretaria de Estado de Turismo. Antonio Florencio de Queiroz Junior integrou o painel “Segurança e Turismo: o papel da segurança para a alavancar o turismo em um estado com vocação para receber viajantes do mundo todo”. Mediado pela jornalista Leila Sterenberg, a mesa de debate contou ainda com o subsecretário de Integração Operacional da Secretaria de Segurança Pública do estado, coronel Maurílio Nunes, o subsecretário estadual de Turismo, Nilo Sérgio Félix, o presidente da ABIH-RJ, José Domingo Bouzon, e a titular da Delegacia Especial de Apoio ao Turismo, delegada Patrícia Alemany. No seminário foram discutidas a integração de todos os atores do setor turístico para o sucesso dos grandes eventos, a importância das pesquisas com indicadores de segurança turística e a implementação do tax free como um atrativo para o turismo internacional.

Reforma tributária pode alterar preço de material escolar

Pesquisa realizada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) aponta que os tributos que incidem sobre alguns produtos escolares podem chegar até 52% do preço final de cada item. “Isso reflete na complexidade do sistema tributário atual, que pode sofrer consequências com a implementação da reforma tributária”, diz a entidade.

Embora as mudanças tenham o objetivo de simplificar e modernizar a tributação, a partir da criação do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), o efeito sobre o preço dos materiais escolares pode ser complexo. Afinal, a unificação de impostos pode reduzir a burocracia e os custos indiretos para as empresas, mas, por outro lado, pode gerar aumento em algumas alíquotas ou redistribuir a carga tributária de maneira desigual. É o que acontece com a Emenda Complementar n. 132/23 que, ao estabelecer um regime especial apenas para os serviços de educação, deixa de contemplar bens e serviços essenciais para essa área, como os materiais escolares.

“A Emenda Constitucio-

nal n. 132/2023 previu que os novos tributos sobre o consumo (o IBS e a CBS) terão alíquota reduzida em 60% para os serviços de educação. Todavia, os bens destinados à educação não foram contemplados. Como um dos objetivos da reforma era equiparar bens e serviços para que não houvesse mais a discussão do que é uma coisa ou outra, é de se estranhar e criticar a diferenciação feita nesse caso, a qual acabou excluindo insumos inerentes às atividades educacionais”, explica o tributarista Rafael Pandolfo, sócio-fundador do escritório Rafael Pandolfo Advogados Associados.

Ainda segundo ele, “a imunidade tributária para materiais escolares tal qual pretende a PEC 24/2014 seria uma medida extremamente benéfica para a sociedade brasileira. A desoneração ajudaria principalmente as famílias de baixa renda. Mesmo que tenha uma abrangência mais ampla, a redução do custo de instrumentos essenciais à educação e à produção do conhecimento é benéfica para qualquer país em desenvolvimento.”

Dentro do contexto da reforma tributária, o conceito de “cashback” apa-

rece como um importante instrumento, segundo o especialista, ainda que tenha um alcance restrito. “Um mecanismo promissor no universo da tributação é o cashback previsto na Emenda Constitucional n. 132/2023. Segundo o PLP 68, de 2024, os materiais escolares entrarão na regra geral, que prevê a devolução de 20% do valor pago a título de IBS e CBS. Esse benefício, no entanto, contempla famílias com renda de até meio salário mínimo por membro – o que corresponde a R\$ 706 atualmente. Seu alcance, portanto, é muito restrito”, finaliza.

Entre 9 e 21 de janeiro, levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) intitulado “Pesquisa Expectativa de Volta às Aulas”, realizada pelo Núcleo de Inteligência & Pesquisa da entidade indicou que o levantamento de preços deve anteceder a compra de materiais escolares neste ano. Essa é a opinião de 57,5% dos 425 comerciantes entrevistados na pesquisa que também aponta que, até o momento, houve acréscimo nas vendas dos materiais para 24,5% das empresas na

comparação com igual período do ano passado.

O aquecimento do comércio, otimismo/esperança e ações da loja são as justificativas para a alta das vendas que permanecem iguais a janeiro de 2024 para 23,8% das empresas. Para 31% dos estabelecimentos ouvidos, o período de volta às aulas não tem impacto nas vendas de material escolar no começo do ano.

Para 19% dos que acham que as vendas estão sendo piores neste ano, as explicações para esse desempenho são: crise econômica, preço alto dos produtos, município está distribuindo mal o material escolar e consumidor cauteloso.

A segunda quinzena de janeiro deve concentrar o maior fluxo de clientes para 44,6% dos comerciantes, enquanto 40,4% indicam o início de fevereiro como o mais aquecido para a venda de material escolar.

A pesquisa mostra que as empresas estão apostando em ações de venda para atrair os consumidores, sendo que 40,8% estão utilizando propaganda e divulgação e 34,8% fazem promoções e liquidações dos itens das listas escolares deste ano.

Representação contra Força Municipal de Segurança Pública

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, tem cinco dias para se manifestar sobre a representação movida pela Associação Nacional das Guardas Municipais (AGM Brasil) contra a Força Municipal de Segurança Pública. O despacho datado no dia 15 de janeiro foi assinado pelo desembargador Benedito Abicair, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

“Aguardaremos a resposta da prefeitura, mas esperamos que seja concedida a liminar para impedir a criação desse grupo de trabalho. Não é necessário ser especialista para entender que os municípios só podem instituir guardas municipais como órgão de segurança pública. Essa situação é preocupante; daqui a pouco alguém pode propor a formação de um grupo de trabalho com intenções de

golpe de Estado, alegando que se trata apenas de uma iniciativa administrativa”, afirma Reinaldo Monteiro, presidente da Associação Nacional das Guardas Municipais.

A Associação Nacional das Guardas Municipais (AGM Brasil) atua como representante das Guardas Municipais no Brasil, promovendo a valorização das instituições em mais de 1.300 municípios brasileiros

e seus agentes de segurança pública municipal. O Brasil conta hoje com cerca de 100 mil guardas municipais.

A entidade trabalha para fortalecer a segurança cidadã junto aos municípios e defendendo os interesses das Guardas junto a órgãos governamentais como forças de segurança, tendo respaldo legal do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Windows segue como o principal alvo de ataques no mundo

Os sistemas de detecção da Kaspersky descobriram uma média de 467 mil arquivos maliciosos por dia em 2024, um aumento de 14% em comparação com o ano anterior. Sendo que golpes específicos tiveram um crescimento significativo, como por exemplo as fraudes feitas por trojan que registraram um aumento de 33% em relação a

2023. Essas e outras constatações estão disponíveis no Boletim de Segurança da Kaspersky, uma série anual de relatórios que analisam os principais eventos no cenário da cibersegurança.

No período analisado, o Windows continuou sendo o principal alvo de ciberataques, respondendo por 93% de todos os malware detectados diariamente. As famílias de malware disse-

minadas por meio de diversos scripts e formatos de documentos do MS Office completam a lista das três principais ameaças, correspondendo a 6% de todos os arquivos maliciosos detectados diariamente.

As detecções da Kaspersky mostram ainda um aumento significativo nos ataques contra o Windows: 19% de 2023 para 2024. O tipo de malware mais co-

mun continua sendo os trojans – programas maliciosos que se disfarçam de software legítimo – com um aumento de 33% na comparação 2023/2024. Também houve um crescimento de 2,5 vezes (150%) na utilização de Trojan-droppers – programas criados para instalar outro malware no computador ou aparelho da vítima sem que ela perceba.

O Projeto Stargate e suas implicações para o Brasil

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o Projeto Stargate e suas implicações para o Brasil com Leonardo Tomazeli Duarte, professor da Unicamp e pesquisador do Centro de Inteligência Artificial BIOS. O Projeto Stargate, anunciado na semana passada pelo recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, consiste em uma joint venture formada pela OpenAI, Softbank, Oracle e MGX, que vai investir US\$ 500 bilhões, financiados pelo governo dos Estados Unidos, na infraestrutura de Inteligência Artificial (IA) localizada no país.

Qual a sua avaliação sobre o Projeto Stargate?

O Stargate chamou a atenção pelo volume de recursos prometidos através de financiamento: US\$ 500 bilhões em cinco anos. Isso é algo inédito em termos de IA e de planos públicos ou privados. Outro ponto é o fato do anúncio ter sido logo no começo da presidência de Trump, o que mostra que a IA será uma prioridade muito alta do seu governo.

Onde os Estados Unidos pretendem chegar com o Projeto Stargate?

Essa é uma corrida onde existem dois players muito fortes, Estados Unidos e China, e players secundários, que também são muito fortes, mas que estão distantes em termos de pesquisa, inovação e tecnologia. Como os Estados Unidos querem a liderança do setor, eles precisam ter as principais empresas, infraestruturas e cabeças, além dos dados. Os Estados Unidos já têm isso de certo modo, mas eles querem deslançar e descolar de qualquer outro concorrente.

Como você tem visto a junção dos interesses do governo americano e da iniciativa privada?

Esse é um ponto interessante, pois nós vimos o anúncio do Stargate e o anúncio da revogação do decreto executivo do Biden que tratava da regulação de IA. Cabe destacar que as big techs não haviam ficado 100% contentes com esse decreto devido às suas exigências e os ônus relacionados.

Esse alinhamento está muito forte, pois ele está dando o que os atores que

rem nesse momento: investimentos em infraestrutura e condições para que as big techs continuem sendo líderes com o mínimo de regulação. É por isso que nós vimos, por exemplo, Mark Zuckerberg, que antes era mais neutro, se alinhando com Trump, pois há uma convergência muito grande de interesses.

Fala-se muito da IA, mas pouco da importância estratégica dos servidores que vão processá-la, sendo que Trump deixou clara a determinação de fazer com que esses servidores fiquem nos Estados Unidos, e quem possuir os servidores terá as informações que serão processadas e poderá utilizá-las da forma como lhe convier, sem nem mesmo dar conhecimento aos detentores dessas informações. Qual a sua avaliação sobre essa situação?

Essa questão precisa ser olhada com cuidado por duas razões. A primeira é a estrutura, pois é muito importante ter os dados no seu território, já que não é desejável, em um período de instabilidade, ficar à mercê de uma situação onde os seus dados estão armazenados em outro país. A segunda é a estrutura de treinamento para grandes modelos, como ChatGPT e Gemini. Isso porque esses modelos são muito difíceis de serem treinados, já que eles exigem uma infraestrutura de datacenter.

No Brasil, nós temos muita dificuldade em ter essa infra, já que ela é muito cara, mas o país precisa ter uma infra que lhe possibilite manter um certo nível de soberania digital de IA e ficar de olho nos dados que estão sendo entregues para fora.

Se o Brasil decidisse montar essa estrutura, seria possível montá-la com equipamentos estrangeiros e mesmo assim manter independência?

Isso depende muito do país que vai fornecer os equipamentos. No caso dos Estados Unidos, quando a Embraer, por exemplo, compra equipamentos americanos para colocá-los nos seus aviões, ela fica submetida a uma legislação muito forte relacionada a compliance. Já com os países europeus é possível ter uma parceria estratégica, e não uma submissão para



Divulgação

Leonardo Tomazeli Duarte

atender fortes requisitos legais.

Veja o caso da Nvidia, que está no meio furacão entre a disputa entre Estados Unidos e China. A empresa tem falado, publicamente, que quer ajudar os países a terem soberania em infra de IA, o que deve deixar os americanos muito descontentes. Como a empresa não está submetida ao governo americano, ela pode, de certa maneira, ter essa pretensão. Agora, é difícil prever o que pode acontecer no mundo. Nós podemos precisar de uma GPU da Nvidia, mas uma cadeia de eventos pode nos colocar em uma posição antagônica com quem estiver dominando a empresa no momento. Isso pode nos dificultar, mas é difícil não trabalhar nesse meio termo, já que não temos condições de fazer a nossa infra do zero. Pelo contrário, nós estamos muito distantes disso.

Trump colocou a importância da IA em termos geopolíticos. Como você tem visto o Brasil nesse contexto? Como competir com o novo posicionamento dos Estados Unidos, a determinação de fazer com que os servidores fiquem em território americano e o consequente posicionamento de outros países?

O Brasil tem feito um trabalho consistente, como o Plano Brasileiro de IA e outras iniciativas, e possui pessoal qualificado e um parque industrial disposto a investir em IA, o que faz com que ele tenha os requisitos necessários para fazer um bom papel. Isso porque, com a intensificação da corrida feita pelo Trump, nós temos que intensificar o nosso passo.

O Brasil não tem condições de ser líder, mas pode pensar em setores específicos para atuar em IA.

Isso porque essa corrida tecnológica tem um espectro tão amplo que vão existir nichos de atuação muito fortes que podem trazer resultados importantes para o país.

Por exemplo, atualmente, fala-se muito em IA e mudanças climáticas, IA e segurança alimentar, IA e saúde, sendo que nós temos muita competência nesses setores. O SUS é um serviço muito interessante em termos de desenho de dados. É preciso intensificar essa discussão para que possamos entrar de carneses setores para fazermos o uso da tecnologia, criarmos mercados no país e nos posicionarmos do ponto de vista estratégico.

Outro exemplo. Eu tenho trabalhado muito com aspectos de IA responsável, de forma a que ela evite preconceito. Como o Brasil é um país com uma diversidade de raças e culturas muito grande, isso faz com que o país seja um ambiente muito interessante para criação de tecnologias que mitigam o racismo.

Com relação à infra, nós temos uma matriz energética, com pouco potencial danoso de pegada de carbono, bem melhor que as matrizes de muitos países que estão montando datacenters. Essa vantagem competitiva pode ser utilizada, tanto em termos econômicos, quanto em termos estratégicos, para mantermos, pelo menos, uma parte dos dados no Brasil. Isso porque as declarações de Trump foram mais um sinal de que é importante manter uma certa soberania de infra e dados.

Como conversamos, nós não vamos conseguir uma soberania de 100%, mas o Brasil tem que ter sabedoria para criar uma infra de servidores de dados e de treinamento de modelos para ficar o menos exposto possível.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RESSEGUROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FUNDADO EM 04 DE JUNHO DE 1991
AV. MARECHAL CAMARA, 160 / 402 e 403 – Centro – Rio de Janeiro - RJ
Cep.: 20.020-080 – Tel.: (21) 2262-0421 / 21 2533-0889
 Pelo presente Edital, ficam convocados todos os **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RESSEGUROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, associados ou não ao Sindicato, a comparecerem à Assembleia que se realizará no dia 06 de fevereiro de 2025, às 14:00 hs, em primeira convocação e às 14:30 hs em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na Sede do SINTRES RJ – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro, sito à **Av. Marechal Câmara, nº 160 – salas 402 e 403 – Castelo - Rio de Janeiro – RJ – Cep.: 20.020-080**, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1- aprovação da pauta de reivindicações a ser encaminhada ao **SINCOR-RJ - Sindicato dos Corretores e Empresas Corretoras de Seguros, Resseguros, Vida, Capitalização e Previdência do Estado do Rio de Janeiro**, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025; 2- deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuição ao Sindicato, de natureza assistencial autorizando o desconto em folha; 3- autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar convenção coletiva, bem como autorizar a adoção das medidas judiciais notadamente a instauração de Dissídio Coletivo, podendo, no mesmo, celebrar acordo; 4- discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento ao bom desenvolvimento do processo negocial; 5- outros assuntos ligados à negociação coletiva de data-base. Esta convocação é feita na forma do estatuto da entidade. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2025.
CARLOS ALBERTO CUNHA CRUZ
 Presidente

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.
 CNPJ nº 02.536.066/0001-26 - NIRE 33.3.0016741-2
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2025
LOCAL, DIA E HORA: Sede da Vital Engenharia Ambiental S.A. ("Companhia"), na Rua Santa Luzia, nº 651, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041, no dia 21 de janeiro de 2025, às 09:00 horas. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA:** Presidente: Mario Augusto da Silva e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** A unanimidade e sem ressalvas, foram tomadas as seguintes deliberações: (a) Eleger o Sr. **Thiago Luiz Regueira dos Santos**, qualificado no item (b) abaixo, como Diretor sem designação específica, sem remuneração e com mandato até o dia 04/04/2027, encerrando junto com o mandato dos demais integrantes da Diretoria; (b) Consignar que a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes Diretores, todos com mandato até o dia 04/04/2027: (i) **Diretor-Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CREA/SP sob o nº 5.060.285.469 e no CPF/MF sob o nº 165.814.068-05, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 5º andar, parte, Centro, CEP 20.030-041; (ii) **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Ricardo Mota de Farias**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 5.420.977 – SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.854.124-29, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 5º andar, parte, Centro, CEP 20.030-041; (iii) **Diretor de Operações: Hudson Bonno**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1005388 – SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.977.717-00, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 5º andar, parte, Centro, CEP 20.030-041; e (iv) **Diretor Sem Designação Específica: Thiago Luiz Regueira dos Santos**, brasileiro, em união estável, advogado, portador da carteira de identidade nº 6558405 – SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 057.947.184-55, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 5º andar, parte, Centro, CEP 20.030-041. (c) Atribuir ao Diretor ora eleito as seguintes funções: (i) Coordenar e supervisionar todos os assuntos de natureza jurídica da Companhia; (ii) Assegurar a guarda dos documentos societários e a regularidade dos seus registros; (iii) Promover, conjuntamente com os outros Diretores, a gestão de riscos da Companhia, propondo estratégias legais com vistas auxiliares os executivos na mitigação desses riscos; (iv) Gerenciar o planejamento e as estratégias do departamento jurídico da Companhia; e (v) Propor estratégias legais na Companhia. (d) O Diretor ora eleito será empossado mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução nº 80/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Mario Augusto da Silva; Secretário da Mesa: Ricardo Mota de Farias. **Conselheiros:** Mario Augusto da Silva (Presidente do Conselho), Antonio Carlos Ferrari Salmeron (Conselheiro) e Francisco Saboya Albuquerque Neto (Conselheiro). Confere com o original lavrado no livro próprio. **Ricardo Mota de Farias** - Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certifico o arquivamento em 28/01/2025 sob o nº 00006782042. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário-Geral.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA) – PRESENCIAL, no escritório do leiloeiro Jonas Rymer, situado na Av. Erasmo Braga nº 227, sala 1.004, Castelo – RJ. Prazo: 10 dias. **VALOR DO DÉBITO:** R\$ 11.619.000,00. Jonas Rymer, Leiloeiro Oficial, matriculado na Jucerja sob o nº 079, devidamente autorizado pelos Proprietários/Credores Fiduciários, ANTONIO PEIXOTO SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 600.490.737-53, portador da carteira de identidade nº 053793162 – IFP/RJ e JOEL PEIXOTO SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 757.783.947-72, portador da carteira de identidade nº 02977340605 – IFP/RJ, faz saber aos que virem o presente edital e interessar possa, especialmente a **SÓ OFERTAS COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.084.223/0001-00, a MIGUEL ALVES JEOVANI, brasileiro, empresário, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, portador da identidade nº 42821587, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o nº 514.300.377-68, na qualidade de fiduciante e representante legal de Só Ofertas Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, e sua esposa MARCIA CRISTINA ARAUJO JEOVANI, brasileira, casada, portadora da identidade nº 066684473, expedida pelo Detran, inscrita no CPF sob o nº 841.693.627-72, que nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária, tendo em vista o inadimplemento do Contrato de Empréstimos e Outras Avenças (contrato nº 337996) correspondendo o débito a R\$ 11.619.000,00, sendo o referido contrato garantido pelo "Instrumento Particular de Constituição de Alienação de Bem Imóvel em Garantia", com a devida notificação do fiduciante e de sua esposa feita pelo Oficial do Cartório do Ofício Único de Iguaba Grande - RJ, permanecendo os mesmos inadimplentes, consolidando-se a propriedade em favor dos credores fiduciários, será realizado o 1º Leilão, no dia **10 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas**, no escritório do Leiloeiro Jonas Rymer, situado na Av. Erasmo Braga nº 227, sala 1.004, Castelo – RJ, pelo valor atualizado do imóvel, e o 2º Leilão, no dia **17 de fevereiro de 2025, às 12:00 horas**, no mesmo local, pelo valor do débito e seus acessórios. **IMÓVEL: Casa Própria para residência, situada na Rua Teixeira e Souza nº 301, antigo 41, Cabo Frio/RJ. Matrícula nº 44713, no Registro de Imóveis – 1º e 4º Distritos Matrícula nº Rio de Janeiro.** O 1º Leilão terá como lance mínimo o valor do imóvel, que corresponde a R\$ 4.097.000,00, ciente o arrematante/comprador de que se subrogará nos direitos e deveres dos devedores/fiduciários. Se o 1º leilão não obtiver lance igual ou superior ao valor do imóvel, será realizado o 2º leilão, no qual será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a R\$ 11.619.000,00, que representa, na presente data, o somatório das seguintes parcelas: (i) valor da dívida, (ii) valor das despesas, (iii) valor dos prêmios de seguro. O arrematante arcará com as prestações vincendas do imóvel. O valor do 2º leilão será ajustado até a data de sua realização em função dos encargos contratuais. Constan os seguintes gravames no Registro de Imóveis: 1) Ajuizamento de Execução Processo 0011035-26.2017.8.19.0011; 2) Inadimplibilidade dos bens de Miguel Alves Jeovani e Marcia Cristina Araujo Jeovani; 3) Existência de Ação Processo nº 0202510-67.2018.8.19.0001. Condições do leilão: A venda será realizada à vista. Correrá por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como o pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação a título de comissão do leiloeiro, acrescido das despesas com o procedimento de leilão, escritura pública, imposto de transmissão, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação correrá por conta do comprador, porém, a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Maiores informações ao escritório do Leiloeiro, através do telefone (21) 3900-4757.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Wyndham São Paulo Ibirapuera Hotel anuncia R\$ 8 milhões em retrofit

Investimento será feito no lobby e bar para ampliar espaço

O Wyndham São Paulo Ibirapuera Hotel, um dos maiores empreendimentos de São Paulo, iniciou obra de revitalização do lobby do empreendimento que vai envolver investimento de cerca de R\$ 8 milhões.

Faz um ano que empreendimento adotou a bandeira Wyndham, da gigante norte-americana Wyndham Hotels & Resorts, a maior empresa de franquia de hotéis do mundo com 9,2 mil empreendimentos em 95 países. A administração da unidade, que tem mais 630 apartamentos, é da Trul Hotéis. Reginaldo Cunha é o diretor geral. Segundo ele, o empreendimento já bateu três recordes de faturamento, em um único mês. O último se deu em novembro com a marca de R\$ 12 milhões registrados.

O executivo ressalta que a adoção da marca internacional Wyndham trouxe para o empreendimento uma penetração no mercado internacional. “Hoje, 20% do nosso fluxo vem de fora do País, por conta da inserção do empreendimento no Wyndham Rewards, programa de fidelidade global da Wyndham com mais de

112 milhões de membros ativos”.

O diretor geral da Trul Hotéis, André Bekerman, evidencia ainda a sinergia entre todas as partes envolvidas. “Hoje, a gente consegue tirar o melhor de cada player envolvido. A nossa gestão inovadora e arrojada, junto à ampla experiência de Cunha e a confiança do síndico Luciano Miranda fazem com que consigamos agir de forma estratégica e ágil criando uma espiral positiva de crescimento para o empreendimento”, destaca o executivo. Bekerman ainda citou a renovação do restaurante do hotel, que foi relançado em 2024 com o nome Yvã Gastronomia.

Balanço

O ano de 2024 encerrou com o empreendimento tendo superado em 5% as suas metas de ocupação e faturamento bruto. O primeiro ano da nova gestão foi concluído com a unidade tendo atingido uma ocupação média mensal de 63% e tendo atingido um faturamento bruto anual que ultrapassou os R\$ 105 milhões. Desse total, eventos sociais e corporativos responderam por 15% do

montante, enquanto alimentos e bebidas se responsabilizaram por 22%. “Focamos em excelência no atendimento nesse primeiro momento, agora entramos em nova fase”, destaca Cunha.

O executivo que tem ampla experiência na hotelaria vê uma série de oportunidades para crescer ainda mais. “Estamos criando novos produtos e canais de venda para ampliar nossa capilaridade”, destacou o executivo que acredita em reforço dos eventos no hotel para o novo ano. O empreendimento conta com uma área de eventos e convenções que comporta mais de 1,3 mil pessoas simultaneamente. “Teremos presença ainda mais forte em feiras e eventos para promover nosso hotel, como também campanhas on e offline que nos colocarão entre os top’s of mind dos viajantes”, diz.

Para 2025, a meta projetada por Cunha é aumentar em pelo menos 10% cada um dos seus indicadores de resultado. E esse movimento deve acontecer junto com uma série de outras melhorias. “O Wyndham Ibirapuera voltará a ser em breve uma referência dentro da hotelaria paulistana

e o mais requisitado empreendimento da cidade, uma vez que temos uma localização espetacular e uma infraestrutura que muitos hotéis estão longe de oferecer, combinando hospedagem, eventos, gastronomia e serviços”, finaliza o executivo.

Sobre a Trul Hotéis

Criada em 2016 como uma operadora multi-marca com o conceito de customização hoteleira, a Trul chega ao mercado brasileiro com diferenciais, trazidos pelos anos de conhecimento nacional e internacional de seus fundadores nesse mercado. A empresa foca na necessidade e experiência do consumidor e, com DNA inovador, traz aos seus empreendimentos a maximização dos resultados por meio das melhores práticas em gestão e NPS acima da média de mercado. A Trul já conta com 15 hotéis sob sua administração, espalhados pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A rede está em franca expansão, tendo triplicado de tamanho em dois anos, no auge da pandemia em 2020 e 2021.

GE CELMA LTDA.

CNPJ: 33.435.231/0003-49

AUDITORIA AMBIENTAL

GE CELMA LTDA. torna público que entregou Secretária do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em 08/01/2025, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle, que cobriu o período de outubro de 2020 a outubro de 2024, referente às atividades de serviços de revisão e reparo de motores aeronáuticos, e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Alice Hervé, 356 – Bingen, no Município de Petrópolis, no período de 10/02/2025 a 10/03/2025 no horário das 13h às 15h.

CONCESSÃO DE LICENÇA

CYRELA BRASIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES – CNPJ 73.178.600/0001-18 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE – Subsecretaria de Licenciamento Ambiental - SUBCLA através do processo nº EISPRO 2024/02911.04, Licença Municipal Prévia e de Instalação nº EIS-LPI-2025/00001 com validade de 48 meses até 08/01/2029 para Construção de Grupamento Comercial de Uso Exclusivo (Centro de Distribuição com 1 pavimento) na Av. Comandante Guarany, lote 06 do PAL 50.062, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-902.

AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ Nº 21.684.101/0001-07

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE SÓCIOS DA AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Ficam os Srs. Sócios da sociedade AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA convocados para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Jorge Curi, nº 550, bloco A, sala 236, Barra da Tijuca, CEP: 22775-001, no dia 10 de fevereiro de 2025, em primeira chamada às 16h, cuja instalação está sujeita à presença dos titulares de ¼ do capital social da Sociedade, e em segunda chamada às 16h30, com a presença de qualquer número de sócios, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) promover a reformulação do contrato social da Sociedade com a adoção de regras de opção de compra de quotas, definição de procedimento para exclusão de sócios e outros ajustes gerais, para modernização das regras de governança da Sociedade. Encontra-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade uma sugestão de redação de alteração do contrato social para análise e discussão na assembleia. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2025

Rafael Dias de Almeida; Guilherme Iso de Agostini Cohen; Carlos Eduardo Lopes Nunes; Carlos Augusto Rabello de Mattos; Alexandre Luiz Brito de Carvalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

AVISO DE LICITAÇÃO

CRENCIAMENTO Nº 01/2025

OBJETO: Credenciamento De Instituição Financeira Para Prestação De Serviços De Recolhimento De Tributos Municipais Através De Documento De Arrecadação Municipal (Dam) Pela Leitura De Código De Barras Padrão Febraban Do Município De Queimados/Rj, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. ADMINISTRATIVO: 7992/2024 RETIRADA DO EDITAL: <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=121> ou na Prefeitura, Rua Hortência, 92 – Centro, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa.

Filipe Martins Silva
Agente de Contratação – CPLMSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RESSEGUROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADO EM 04 DE JUNHO DE 1991

AV. MARECHAL CAMARA, 160 / 402 e 403 – Centro – Rio de Janeiro - RJ

Cep.: 20.020-080 – Tel.: (21) 2262-0421 / 2533-0889

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RESSEGUROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, associados ou não ao Sindicato, a comparecerem à Assembleia que se realizará no dia 06 de fevereiro de 2025, às 15:00 hs, em primeira convocação e às 15:30 hs em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na Sede do SINTRES RJ – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas em Resseguros no Estado do Rio de Janeiro, sito à Av. Marechal Câmara, nº 160 – salas 402 e 403 – Castelo – Rio de Janeiro – RJ – Cep.: 20.020-080, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1- aprovação da pauta de reivindicações a ser encaminhada ao SINDSEG – RJ/ES Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025; 2- deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuição ao Sindicato, de natureza assistencial autorizando o desconto em folha; 3- autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar convenção coletiva, bem como autorizar a adoção das medidas judiciais notadamente a instauração de Dissídio Coletivo, podendo, no mesmo, celebrar acordo; 4- discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento ao bom desenvolvimento do processo negocial; 5- outros assuntos ligados à negociação coletiva de data-base. Esta convocação é feita na forma do estatuto da entidade. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2025

CARLOS ALBERTO CUNHA CRUZ

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERATIVA UNICOOPRO DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS DE VENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Diretor Presidente da COOPERATIVA UNICOOPRO DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS DE VENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 29.320.446/0001-85, NIRE nº 33.4.0005616-7, Inscrição Estadual nº 11.416.284, com sede na Avenida Alfredo Baltazar 580, loja 116 A, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-710, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 24/02/2025 com primeira chamada às 18:00h, segunda chamada às 19:00h e terceira e última chamada às 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Rio de Janeiro/RJ, 30 de janeiro de 2025.

Alexandre Azevedo Tavares Ferreira - Diretor Presidente - CPF 074.356.827-30.

RODRIGO LOPES PORTELLA - LEILOEIRO PÚBLICO

CPF. Nº 336.490.497.91

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES EXTRAJUDICIAIS (ONLINE), com o prazo de 10 (dez) dias e Intimação - Eu, RODRIGO LOPES PORTELLA, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 055, comunico a todos os interessados e em especial aos Devedores Fiduciários: GERSON VALENÇA DO AMARAL, casado pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77 com MARLY JUSTO AMARAL, portador da Carteira de Identidade nº 02.151.625-7, expedida pelo IFP/RJ., em 02/07/1981 e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 163.547.707-78; que devidamente autorizado pela Credora Fiduciária: CHAVE REAL COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA. – “Em Liquidação”, inscrita no CNPJ. sob o nº 01.637.298/0001-08, representada pelo seu LIQUIDANTE EXTRAJUDICIAL, Sr. João Baptista Rodrigues Carlos, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº 831042770 (CREA/RJ), inscrito no CPF. sob o nº 445.165.767-91, e por membro efetivo do seu CONSELHO FISCAL, a Sra. Floraci Soares, brasileira, casada, aposentada, portadora da carteira de identidade nº 050251-8 - CRC/RJ., e do CPF. nº 622.589.907-34, e, com fundamento no Art. 27 da Lei nº 9.514/97, no dia **04/02/2025, às 11:00hs.**, realizarei através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, o 1º Leilão Público, por preço não inferior ao valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), ou no dia **20/02/2025**, no mesmo horário e local, o 2º Leilão Público, quando será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária, das despesas, inclusive emolumentos cartorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, podendo, caso não haja lance que alcance referido valor, ser aceito lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor da avaliação do bem, qual seja, R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), do imóvel situado na Travessa Princesa Isabel, nº 09, Unidade “B” – Prainha – Arraial do Cabo/RJ., transcrito no Cartório do Ofício Único de Arraial do Cabo/RJ., sob a matrícula nº 4893, e foreiro a Municipalidade de Arraial do Cabo/RJ. – Tudo nos termos da Escritura de Confissão de Dívida Garantida com Alienação Fiduciária Imobiliária, lavrada no Cartório do 24º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no Livro 6173, Fls. 038/041, ato 013, em 05/03/2010 (R-09 da referida matrícula), constando como Credora/Fiduciária: Chave Real Cooperativa Habitacional Ltda., e como Devedores Fiduciários: Gerson Valença Amaral e sua esposa, Marly Justo Amaral, e, da Notificação feita aos Devedores Fiduciários (Gerson Valença Amaral e sua esposa, Marly Justo Amaral), através do Cartório

do Ofício Único de Arraial do Cabo/RJ., nos dias 27/04/2016 e 10/05/2016, conforme certidão datada de 02/06/2016. - Débitos incidentes sobre o imóvel: IPTU (inscrição nº 1138973): Exercício/2024 – Venc. 10/04/2024 – Valor: R\$ 130,93. – Venc. 10/05/2024 – Valor: R\$ 127,57. – Venc. 10/06/2024 – Valor: R\$ 126,45. – Venc. 10/07/2024 – Valor: R\$ 123,11. – Venc. 09/08/2024 – Valor: R\$ 121,99. – Venc. 10/09/2024 – Valor: R\$ 118,63. – Venc. 10/10/2024 – Valor: R\$ 116,39. – Venc. 08/11/2024 – Valor: 114,15 e Taxas de Coleta de Lixo e Limpeza Pública: R\$ 32,72 – R\$ 29,36 – R\$ 28,24 – R\$ 24,90 – R\$ 23,78 – R\$ 20,42 – R\$ 18,18 e R\$ 15,94 – Totalizando: R\$ 1.172,76. – Débitos c/Foro: Exercícios: 2020 – R\$ 33,91; 2021 – R\$ 33,91; 2022 – R\$ 33,91; 2023 – R\$ 33,91; 2024 – R\$ 33,91 e R\$ 90,53. – Cientes os senhores interessados, que os referidos débitos serão de responsabilidade do eventual arrematante. - Ficam por este edital intimados dos Leilões os devedores: Gerson Valença Amaral e sua esposa, Marly Justo Amaral. - Condições Gerais da Alienação: O horário considerado neste edital será sempre o horário de Brasília/DF. – Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site do Leiloeiro (www.portellaleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade online, sujeito à aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise da documentação exigida na forma e no prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site do Leiloeiro); Todos os lances efetuados por usuário certificado não são passíveis de arrematamento.- Ficam cientes os interessados de que em caso de arrematação, deverão efetuar os seguintes pagamentos: arrematação à vista, acrescida da comissão de 5% ao Leiloeiro, e das despesas efetuadas com os leilões. - Os referidos pagamentos, deverão ser efetuados através de depósitos bancários, DOC., TED. ou PIX, nas contas correntes da empresa Credora e do Sr. leiloeiro, cujos dados serão informados ao(s) arrematante(s) através de e-mail ou contato telefônico; devendo o(s) arrematante(s) comprovar(em) os pagamentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de cancelamento da arrematação. - Cientes ainda os interessados, de que serão de sua responsabilidade as providências necessárias para promover, a custo próprio, as medidas para reintegração de posse do imóvel. - A escritura definitiva será realizada no prazo de 10 (dez) dias contados da arrematação, sendo certo que todas as despesas com cartório, certidões, e tributos, serão arcadas pelo arrematante. – RJ., 10/01/2025 (as.) Rodrigo Lopes Portella – Leiloeiro Público.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Seguro Condomínio para síndicos e administradoras

Guia da FenSeg: informações sobre a contratação e coberturas

O seguro condomínio é um dos mais contratados hoje no país, sendo obrigatório por lei e considerado uma das ações básicas que síndicos e administradoras de condomínios devem adotar para garantir a proteção de prédios residenciais e comerciais. Para apoiar na contratação e fornecer um entendimento mais claro sobre o tema, a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) acaba de lançar o guia online “Seguro Condomínio: Tudo o que Você Precisa Saber”, disponível para download gratuito.

O artigo 1.346 do Código Civil é categórico: todo condomínio deve possuir um seguro que cubra, no mínimo, riscos como incêndio ou destruição total ou parcial. No entanto, as

coberturas do seguro vão muito além da exigência legal. Elas incluem desde a proteção contra danos causados por incêndio, explosões, quedas de raio e de aeronaves, até coberturas de Responsabilidade Civil, que garantem o reembolso de despesas do condomínio ou do síndico em caso de danos materiais ou corporais causados a terceiros de forma acidental.

A adesão ao seguro condomínio segue em alta. Segundo dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), entre janeiro e outubro de 2024, o segmento arrecadou R\$ 713,4 milhões, o que representa um crescimento de 29%. Desse total, mais da metade foi destinado ao pagamento de indenizações, somando R\$ 373,3 milhões.

“Devido ao crescimento da adesão ao seguro e à complexidade de suas coberturas, a FenSeg lançou este guia para descomplicar o assunto e facilitar a contratação. A ideia é fornecer informações claras e acessíveis sobre as coberturas básicas e adicionais, como Responsabilidade Civil (RC), danos elétricos e até mesmo eventos da natureza”, explica Magda Truvilhano, vice-presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg.

Além da descrição detalhada das coberturas, o guia inclui dicas práticas para os síndicos, um glossário de termos técnicos e uma lista dos serviços de assistência 24 horas que podem ser incluídos

na apólice, como reparos hidráulicos e elétricos, manutenção de portões, substituição de porteiro/zelador, entre outros.

Magda Truvilhano enfatiza que síndicos e administradoras devem contar com o guia, mas sem abrir mão do auxílio de um corretor de seguros, que é o profissional responsável para avaliar, contratar e acompanhar a apólice, especialmente no caso de sinistros. O corretor também tem papel essencial na adequação do seguro às necessidades específicas de cada condomínio.

O material é uma ferramenta valiosa para síndicos e administradoras, visando não apenas o cumprimento da lei, mas a melhor proteção para o patrimônio coletivo.

Habilitar.me tem novo conselheiro

A Habilitar.me anuncia Gustavo Zobaran como novo conselheiro, sendo responsável por ampliar os serviços da empresa no mercado segurador. Com uma carreira consolidada com mais de 20 anos de experiência, o executivo possui passagens por grandes empresas do setor de seguros, como Youse, Caixa Seguradora, Porto e Ciclic.

O executivo, junto com Varley Silva e Paulo Moraes e Kairon Velozo,

fundadores da Zapay, recentemente adquirida pela Sem Parar, se uniram para desenvolver um produto voltado para transformar a forma como os condutores gerenciam suas CNHs. A proposta é criar uma solução inédita no mercado, com distribuição apoiada por parcerias estratégicas com empresas de seguro, transporte e outros segmentos relacionados.

#Estou empolgado em apoiar a startup Habilitar.

me, trabalhando numa solução que tem tudo a ver com o mercado segurador e fazer a conexão com as empresas do setor. Vamos impulsionar o crescimento e entregar um serviço personalizado para as empresas que atuam no segmento”, explica Zobaran.

Zobaran é autor do livro Hackeando o Modus Operandi, executivo e consultor, destacando-se na inovação e estratégia digital, como especialista em impulsionar o cresci-

mento e a transformação em diversas empresas. Liderou projetos transformadores e construiu marcas de destaque, como a Youse. Na Porto, impulsionou a área de growth e transformação digital. Atualmente, possui e ZN Negócios, é CMO as a Service do Grupo Kakau. Suas competências abrangem e-commerce, design organizacional, relações públicas, comercial, gestão executiva, branding, marketing e comunicação.

PIX Premiado contempla novo beneficiário da Seguradora ALM

A Seguradora ALM contemplou o novo beneficiário no mês de dezembro através do PIX Premiado, no valor de R\$ 30 mil, entregue ao martelheiro Leandro S.T, morador em Vidigal, no Rio de Janeiro. quem efetuou a entrega da premiação foi a coordenadora de serviço de atendimento ao cliente, Grace Domingos. A empresa tem em torno de 400 mil vidas, com um crescimento

de 80% dos beneficiários no último ano, voltado para as classes C e D.

O ÉAGORA é um produto da companhia que oferece benefícios que podem ser utilizados sem custo adicional. Ao contratar essa modalidade, o beneficiário concorre a sorteios mensais no valor de R\$ 7.500,00. O produto contempla coberturas como Morte Natural ou Acidental e Invalidez permanente total por aci-

dente (IPTA), além do auxílio alimentação em casos de falecimento, Auxílio Despesa, Assistência Residencial, descontos em medicamentos e um Clube de Descontos, com acesso a cupons e benefícios oferecidos por diversas lojas, como pet shop, varejo de roupas, beleza e gastronomia.

“A companhia vai dar continuidade aos sorteios, atreladas às chances de uma renda extra para os benefi-

ciários. Ao efetuar a contratação do seguro, o cliente possui diversos pacotes de benefícios incluídos nos planos contratados, conforme suas necessidades. Digitalizamos a nossa operação, para facilitar o cotidiano dos nossos clientes e parceiros de negócios, para que possam obter as informações necessárias, em tempo real”, concluiu Alexandre Dominguez, CEO da Seguradora ALM.

Assine o jornal



Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1

AVISO AOS ACIONISTAS

A MONTEIRO ARANHA S.A. (“Companhia”) comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Reunião da Diretoria realizada em 24/01/2025, foi aprovado a declaração e o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). A) **Valor dos Juros sobre Capital Próprio:** Os juros sobre o capital próprio ora declarados pela Diretoria, no montante total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), serão pagos à razão de R\$ 3.264980690 por ação, calculados considerando que o capital social da Companhia atualmente é composto por 12.251.221 ações ordinárias. Sobre os juros sobre o capital próprio haverá retenção de Imposto de Renda na Fonte, na forma da legislação em vigor, exceto para acionistas comprovadamente imunes ou isentos. B) **Data-Base:** Terão direito aos juros sobre capital próprio os detentores de ações de emissão da Companhia em 29/01/2025. A partir de 30/01/2025, as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex-direito” aos juros sobre capital próprio declarados. C) **Data de Pagamento:** O pagamento será realizado a partir de 10/02/2025. D) **Instruções quanto ao crédito:** Os acionistas terão seus créditos disponíveis de acordo com os dados bancários informados ao agente depositário. Os acionistas cujo cadastro não contenha a inscrição do CPF/CNPJ ou a indicação dos dados bancários terão seus créditos disponibilizados a partir do 3º dia útil, contado da data da atualização do cadastro junto ao escriturador Itaú Corretora de Valores S.A. Para atualização cadastral e dúvidas, entrar em contato com o atendimento especializado aos acionistas, das 9h às 18h, através dos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-7209285 (demais localidades) ou comparecer em qualquer agência do Itaú Unibanco S.A. Os acionistas usuários das custódias fiduciárias terão seus créditos disponíveis conforme procedimento adotado pela B3 S.A. - Brasil, Bólsa, Balcão. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2025.

Flávia Coutinho Martins
Diretora de Relações com Investidores

VEGA SOLAR S.A.
CNPJ/MF nº 48.569.227/0001-89 - NIRE 3.33.0034634-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23/01/2025

1. Data, Local e Hora: Aos 23/01/2025, às 11h, na sede social da **Vega Solar S.A.**, localizada na cidade e Estado do RJ, na Estrada da Gávea, 75, CEP 22.451-262 (“Companhia” ou “Emissora”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em razão da presença dos acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Alexandre Techima; e secretariados por Vitor de Freitas Moraes. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a rratificação das alíneas “m) e “w) do item 5.1 das Deliberações da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 26/12/2024, às 12h, arquivada perante a JUCERJA em 10/01/2025, sob o nº 00006745169 (“AGE 26/12”) com o propósito de (i.a) corrigir os valores dos Montantes Mínimos (conforme abaixo no item 5(i) abaixo) de cada série; e (i.b) prever o mecanismo do *Step Up* (conforme abaixo definido no item 5(ii) abaixo); (ii) a celebração de aditamento ao “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, da Vega Solar S.A.*”, celebrado em 26/12/2024, entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, CNPJ 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, e, ainda, na qualidade de fiadores, a **499 Participações S.A.**, CNPJ 46.727.912/0001-60, a **499 Solar Energias Inteligentes Ltda.**, CNPJ 28.094.114/0001-67, a **AMG11 Veículos e Equipamentos Ltda.**, CNPJ 36.489.470/0001-08, a **Variável Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, CNPJ 36.729.300/0001-53 e a **Elo Serviços, Obras e Participações Ltda.**, CNPJ 72.713.654/0001-73, **Vitor de Freitas Moraes**, CPF 113.631.216-18; **Ricardo Coifman**, CPF 125.192.268-62, com interveniência anuência de **Fernanda Zveibil Coifman**, CPF 173.175.088-96; e **Alexandre Lisboa Techima**, CPF 583.350.711-72 (“Escritura de Emissão”); e (iii) a ratificação das demais deliberações constantes na AGE 26/12 que não foram expressamente modificadas na presente ata. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias previstas na ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar a rratificação da alínea “m) do item 5.1 das Deliberações da AGE 26/12, a qual passará a constar com a seguinte redação: “*m) Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, observada a colocação de, no mínimo, 125.000 de Debêntures, equivalentes a R\$ 125.000.000,00, sendo, no mínimo, 100.000 Debêntures da Primeira Série e 25.000 Debêntures da Segunda Série (“Montante Mínimo”). Caso o Montante Mínimo seja atingido e não seja distribuída a totalidade das Debêntures até o final do prazo de colocação das Debêntures, as Debêntures efetivamente emitidas e que não forem colocadas junto aos Investidores Profissionais no âmbito da Oferta, nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, serão canceladas pela Emissora, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“Distribuição Parcial”); (ii) aprovar a rratificação da alínea “w) do item 5.1 das Deliberações da AGE 26/12, a qual passará a constar com a seguinte redação: “*w) Remuneração das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, ou o seu respectivo saldo, incidirão juros remuneratórios correspondentes a maior taxa entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 15/08/2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 5,45% ao ano, base 252 dias úteis; ou (ii) 12,00% ao ano, base 252 dias úteis, a ser apurada na data de realização do Procedimento de Bookbuilding (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A taxa final da Remuneração das Debêntures será refletida por meio do Aditamento Bookbuilding, a ser celebrado anteriormente à data de liquidação da Oferta. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Em 10 dias úteis contados da data de comprovação da Conclusão dos Projetos (a ser definido na Escritura de Emissão) pela Emissora ao Agente Fiduciário, será definida nova Remuneração, a qual passará a incidir a partir Período de Capitalização seguinte à sua definição, a qual corresponderá a maior taxa entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 15/08/2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 3,60% ao ano, base 252 dias úteis; ou (ii) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido exponencialmente de spread de 10,00% ao ano, base 252 dias úteis (“Nova Remuneração”). A Nova Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Sendo certo que para fins de clareza, a Nova Remuneração será calculada no Período de Capitalização subsequente à verificação da Conclusão dos Projetos e de forma não retroativa. A Nova Remuneração será aplicável sem a necessidade de aprovação societária adicional da Emissora e sem necessidade de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que em até 5 dias úteis de antecedência da data de início do Período de Capitalização subsequente, a Emissora deverá comunicar a B3, com cópia ao Agente Fiduciário, sobre a Nova Remuneração aplicável a partir do Período de Capitalização subsequente, devendo as partes aditarem a Escritura para prever a Nova Remuneração. Caso seja verificado um Evento de Step Up (conforme abaixo definido), o spread da Remuneração deverá ser aumentado, de forma automática e sem necessidade de qualquer deliberação ou formalidade adicional, em 0,5000%, no Período de Capitalização subsequente à verificação de sua ocorrência ou de sua continuidade, para cada mês do Período de Capitalização anterior em que o Evento de Step Up se iniciou ou esteve em curso (“Step Up”). Ou seja, a título meramente exemplificativo, se em determinado período de capitalização de 3 meses, o Evento de Step Up esteve em curso em 2 meses desse período, no Período de Capitalização imediatamente subsequente, o spread da Remuneração será acrescido em 1,0000%. Adicionalmente, para fins de clareza, uma vez disponibilizados ao Agente Fiduciário os Documentos Adicionais Capivari, a totalidade do Step Up deixará de ser computado no spread da Remuneração do Período de Capitalização imediatamente posterior àquele que iniciou o Step Up após tal disponibilização. Por fim, a nova Remuneração a ser estabelecida conforme acima, que passará a ser aplicável sem a necessidade de aprovação societária adicional da Emissora e sem necessidade de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, deverá ser comunicada à B3 sempre que sofrer qualquer alteração, anteriormente ao início do Período de Capitalização ao qual será aplicável (ou deixará de ser) o Step Up, independentemente de qualquer formalidade adicional ou aditamento à Escritura de Emissão. “Evento de Step Up” significa a não disponibilização ao Agente Fiduciário de: (a) certidão de matrícula atualizada evidenciando a averbação do Contrato de Locação Capivari na matrícula nº 7966 referente ao imóvel localizado no município de Duque de Caxias, RJ, devidamente registrado no Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição (4º distrito) da Comarca de Duque de Caxias, RJ; e (b) cópia (formato .pdf) do aditamento ao Contrato de Locação Capivari com a inclusão da averbação mencionada no item (a) acima “a” e “b”, em conjunto, “Documentos Adicionais Capivari”); (iii) aprovar a celebração de aditamento à Escritura de Emissão para refletir o disposto nas Deliberações (i) e (ii) acima; e (iv) aprovar a ratificação das demais deliberações constantes na AGE 26/12 que não foram expressamente modificadas nos itens (i) e (ii) das Deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia extraordinária, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes, digitalmente, de acordo com previsto no §1º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, e na alínea “c” do §1º do artigo 5º da Lei 14.063, de 23/09/2020. Rio de Janeiro/RJ, 23/01/2025. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. **Mesa: Alexandre Techima** - Presidente; **Vitor de Freitas Moraes** - Secretário da Mesa.**

FUP e Petrobras discutem nesta 5ª feira sobre escala do teletrabalho

Petroleiros afirmam que companhia tomou decisão unilateral

Acontece nesta quinta-feira, às 11 horas, uma reunião entre a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a direção da Petrobras. Na pauta está a determinação da Federação e sindicatos de barrar a decisão da companhia de alterar unilateralmente, a partir de abril, as regras do teletrabalho que afetam diretamente a categoria. O teletrabalho foi adotado, em março de 2020, na pandemia da Covid 19.

A reunião foi convocada pela Petrobras, em carta assinada pelo gerente de relações sindicais da empresa, Tiago de Souza Moraes. Até então a empresa resistia a abrir canal de diálogo sobre o tema, contou a FUP.

A mobilização dos trabalhadores, porém, venceu resistências. Petroleiros de diferentes unidades do país, como Rio de Janeiro, Brasília e Espírito Santo, já aprovaram, por meio de assembleias, o indicativo de estado de greve e de assembleia permanente contra as mudanças no regime

de trabalho. Na terça-feira os petroleiros do norte fluminense também aderiram por unanimidade ao estado de greve. Foram votações simultâneas realizadas no Parque de Tubos e em Imbetiba, em Macaé (RJ). As assembleias continuam até o dia 31, em todos os escritórios do Brasil. Além disso, nas unidades operacionais são feitas reuniões setoriais com o pessoal administrativo.

A Petrobras, atualmente, adota uma regra que permite aos funcionários das áreas administrativas trabalhar até três dias remotamente e dois dias presencialmente. No entanto, a empresa propõe inverter essa lógica, permitindo apenas dois dias de trabalho remoto e impondo três dias presenciais, sendo que pelo menos um desses dias deve ser uma segunda-feira ou uma sexta-feira.

A FUP se posiciona contra essa mudança determinada unilateralmente e argumenta que as regras de teletrabalho precisam ser

adaptadas às atividades específicas de cada trabalhador. A Federação acredita que há funções que podem ser realizadas integralmente de forma remota, enquanto outras exigem presença física.

“A Federação propõe que a quantidade de dias de trabalho remoto e presencial seja avaliada de forma mensal e não semanal, oferecendo mais flexibilidade para atender às necessidades dos trabalhadores e da empresa. Para isso, a criação de um comitê em cada unidade para analisar individualmente cada caso é uma das sugestões”, explica Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

Negociações

O movimento sindical petroleiro defende que as regras do teletrabalho sejam estabelecidas por meio de negociações coletivas com os sindicatos, garantindo que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e que haja um diálogo

aberto sobre as condições de trabalho, inclusive com a inclusão do tema como cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

“A Petrobras, até então, vinha se recusando a negociar com os sindicatos, impondo suas próprias regras sem justificativa clara, desconsiderando os impactos no dia a dia dos trabalhadores. Não há evidências de que o teletrabalho tenha prejudicado a produtividade”, reforça Cibele Vieira, diretora da FUP. “Acreditamos que a mudança no modelo de trabalho deve ser discutida de maneira transparente, respeitando os interesses de ambas as partes”, acrescenta ela, lembrando que, no último dia 14, a FUP e seus sindicatos realizaram um dia nacional de atos em diversas bases administrativas e unidades operacionais da Petrobras, além das mobilizações no Edifício Sede (Edise), sede da empresa no centro do Rio de Janeiro, com ampla presença de trabalhadores do setor administrativo.

Proposta de autonomia orçamentária e financeira do BC na pauta do Senado

O Senado pode votar neste ano a proposta de emenda à Constituição que prevê autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central (BC). A PEC 65/2023 transforma o Bacen em instituição de natureza especial de direito privado integrante do setor público financeiro. O relator, Plínio Valério (PSDB-AM), diz que o objetivo é complementar o que ele considera avanços institucionais relacionados à autonomia operacional do BC.

A proposta visa alterar a Constituição Federal para estabelecer um novo regime jurídico para o Banco Central do Brasil, conferindo-lhe autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira. Também define que o Banco Central será organizado como uma empresa pública com poder de polícia, incluindo regulação, supervisão e resolução, e estabelece a supervisão do Congresso Nacional sobre suas atividades.

Segundo o autor, o Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), as possíveis consequências dessa proposta são diversas:

Para o Banco Central, haverá maior autonomia e independência para executar suas funções, sem a necessidade de subordinação a ministérios ou outros órgãos da administração pública.

Para os servidores do Banco Central, será oferecida a opção de escolher entre carreiras no Poder Executivo Federal ou permanecer no quadro de pessoal do Banco Central, o que pode impactar suas trajetórias profissionais.

Para o Congresso Nacional, haverá a responsabilidade de supervisionar as atividades do Banco Central, incluindo a fiscalização contábil, orçamentária e financeira. Para a sociedade, a proposta pode resultar em um Banco Central mais eficiente e independente, potencialmente melhorando a estabilidade econômica e financeira do país.

Rio de Janeiro concentra 74% da produção de gás natural no país

O Rio de Janeiro representa 74% da produção de gás natural no país, em novo recorde apontado na sétima edição do estudo Perspectivas do Gás no Rio 2024-2025, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Enquanto a produção média diária nacional cresceu 1% em 2024, alcançando o patamar de 151 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), o estado alcançou 113 milhões de m³/dia, impulsionado pelo crescimento de 6% na produção.

“A federação adota o gás natural como um dos pilares estratégicos de atuação para o desenvolvimento da indústria e da economia fluminense. Nosso estado é o hub de gás natural do país, agente da descarbonização de nossa economia, como uma poderosa ferramenta para aumentar a competitividade da indústria local e, ao mesmo tempo, fortalecer a segurança energética do estado e do país”, afirmou o presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano.

O estudo destaca que as reservas nacionais cresceram 46% em 2023, a partir de campos em águas fluminenses. O Rio representa agora 72% das reservas nacionais, respondendo por 372 bilhões/m³ dos 517 bilhões/m³ no país.

A Firjan também mapeou que os investimentos ao longo da cadeia de valor do gás natural nos próximos dez anos superaram R\$ 150 bilhões, o que possibilitará a geração de mais de 60 mil empregos diretos e indiretos, a depender a concretização de projetos.

“O ano de 2024 foi marcante para o mercado de gás com grandes avanços na abertura do mercado livre de gás natural. A migração das indústrias para o mercado livre de gás não só é viável, como é essencial para o crescimento sustentável da nossa economia. As indústrias urgem pelo direito de buscar soluções no mercado que proporcionem ganhos de competitividade, com a liberdade de escolha de seu fornecedor”, destaca o presidente da federação.

Estado do RJ tem uma média de 9 roubos de carga por dia

Um grupo de 50 empresários, integrantes do Conselho Superior de Representantes da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan) e do Conselho de Administração do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), se reuniu na manhã de quarta-feira (29), com a cúpula da segurança pública do governo estado do Rio de Janeiro. O encontro aconteceu no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Os empresários apresentaram as demandas na área de segurança e conheceram as ações que o estado está promovendo para combater e diminuir os índices de criminalidade.

O presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, des-

taçou que as dimensões da segurança pública no estado podem ser divididas em três fases: segurança patrimonial, segurança no fluxo de pessoas e segurança no fluxo de mercadorias e matérias-primas. “No último semestre de 2024 ocorreu uma deterioração dos indicadores, prejudicando o ambiente de negócios e a atração de novos investimentos para o estado do Rio”, ressaltou Caetano, com base nos números do ‘Panorama do Roubo de Cargas no Rio de Janeiro 2024’, publicação que a federação vai lançar nesta semana.

Do número de ocorrências em 2024, 1,8 mil (52,5%) foram na Baixada Fluminense. É uma média de 9 roubos de carga por dia

em todo o estado. As perdas diretas para o empresariado somam R\$ 325 milhões. O gerente de Infraestrutura da Firjan, Isaque O’Connell, apresentou os dados preliminares do ‘Panorama do Roubo de Cargas no Rio de Janeiro 2024’. No ano passado foram 3,43 mil ocorrências, um crescimento de 7% em relação a 2023, quando ocorreram 3,22 mil roubos de carga no estado.

Integração

O presidente do Conselho Superior de Representantes da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, reafirmou a importância da integração das forças de segurança municipais, estaduais e federais no combate ao crime organizado. Segundo

ele, é fundamental cortar as fontes que alimentam o crime no Rio de Janeiro. “Estamos vendo um cenário de guerra, com pessoas usando fuzil. É necessário que os três entes públicos controlem as rodovias, aeroportos e portos, para evitar que o armamento entre no estado”, acrescentou Eduardo Eugênio.

Carlos Erane de Aguiar, 1º vice-presidente da Firjan e presidente do Conselho de Segurança Pública da federação, também defendeu o trabalho integrado e de inteligência das forças de segurança, citando as parcerias promovidas pela Firjan com todas as esferas de governo para combater a insegurança e melhorar o ambiente de negócios no estado do Rio.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444